

REFLEXÕES SOBRE REDE DE APOIO SOCIAL COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA

MARIA CRISTINA CARVALHO JULIANO¹
MARIA ANGELA MATTAR YUNES²

Introdução

O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes ecológicos, as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo fornecido pela rede relacional das pessoas é mantido por laços afetivos e depende de percepções que se tem do próprio mundo social, de competências e recursos disponíveis para proteção (BRITO; KOLLER, 1999).

A rede de relações parece estar em crise neste mundo em constante transformação. Bauman (2004) afirma que na década de 1920, inauguramos uma nova era da história mundial, com a passagem da sociedade de produção, para a sociedade de consumo. Segundo este sociólogo, o novo modelo de sociedade marcado pelo efêmero e por vezes descartável, trouxe transformações sociais aceleradas, nas quais há um desapego dos laços afetivos. Estes se tornaram provisórios e podem nos conduzir a situações de desamparo social que podem criar novas crises.

Há um despreendimento das redes de pertencimento social, inclusive dos laços de família. De acordo com o mesmo autor essa aparente liberdade tem levado o indivíduo a sofrer patologias tais como: depressão, solidão ou isolamento social. Vivencia-se a era da descartabilidade relacional do ser humano que pode resultar em exclusão social. As redes de apoio social e afetiva são afetadas e desestabilizam o tecido social na sua coesão. Para Bauman (2001) o elemento integrador de coesão social desmoronou-se, nesse tempo em que vivemos, o qual ele denomina *Modernidade Líquida*.

1. Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande, FURG, RS e atual Secretária de Cidadania e Assistência Social do Município de Rio Grande, RS. E-mail: maria.juliano@riogrande.rs.gov.br

2. Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação no Centro Universitário La Salle, UNILASALLE, Canoas, RS. Coordenadora do Centro de Referência e Atendimento à Família, CRAF/Unilasalle. E-mail: mamayunes@yahoo.com.br

Entretanto, a crise carrega em uma de suas faces, a oportunidade da mudança, que motiva pessoas, grupos e comunidades a buscarem soluções viáveis, sustentáveis, geradoras de empoderamento, fortalecimento e de resiliência de indivíduos, grupos e comunidades. Assim, há que se pensar nas possibilidades de promoção de resiliência individual e comunitária que podem ser geradoras de transformação social a partir da implementação de redes de apoio, pois a literatura vem apontando que estas possibilitam expressões de resiliência e promovem a construção conjunta de soluções e empoderamento de grupos sociais como será discutido a seguir.

Redes de Apoio Social e Afetiva e mecanismos de proteção

O apoio fornecido pelas redes sociais tem sido objeto de estudo da psicologia, devido à influência das mesmas sobre o desenvolvimento e bem estar subjetivo das pessoas no decorrer das suas vidas (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Segundo Brito e Koller (1999), rede de apoio social é um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. O componente afetivo foi acrescido a este conceito, em função do incontestável e reconhecido valor do vínculo de afeto para a constituição e manutenção do apoio e proteção (BRITO; KOLLER, 1999; TAYLOR, 2002).

Apoio social tem a ver com as relações que uma pessoa estabelece na vida e que podem influenciar de forma significativa a definição da sua personalidade e o desenvolvimento. A qualidade das interações em diferentes contextos sociais tem sido objeto de estudos de muitos pesquisadores que comprovam o impacto positivo ou negativo das mesmas sobre a saúde física e emocional das pessoas (BRITO; KOLLER, 1999; CYRULNIK, 2004; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007).

Os laços sociais duradouros são importantes porque fornecem ajuda em tempos de necessidade, permitindo enfrentamento e superação de momentos de crise (BARUDY; DARTAGNAN, 2007; BRITO; KOLLER, 1999; TAYLOR, 2002). De acordo com Taylor (2002), biologicamente os seres humanos são “desenhados” para serem sociais e manterem relações que por sua vez também são influenciadas por seus aspectos biológicos. Tais aspectos constitucionais associados aos ambientais podem, portanto, ser protetores e promotores de resiliência (YUNES, 2003).

Segundo Brito e Koller (1999), a existência de vínculos e relações, o desempenho de diferentes papéis permitem que o indivíduo se desenvolva emocional e socialmente e obtenha mais recursos para sua satisfação e saúde mental. A literatura cita três aspectos que são determinantes para o desenvolvimento “adaptado”: a) características próprias do indivíduo, tais como: autoestima, orientação social positiva e autonomia; b) ambiente familiar permeado por liames afetivos que gerem coesão familiar e c) possuir uma rede de apoio social disponível para auxiliar na superação de crises que inevitavelmente acontecerão ao longo da vida (HOPPE, 1998; BRITO; KOLLER, 1999; YUNES, 2003). Estes três elementos são compatíveis com o que Masten e Garmezy (1985) chamavam de fatores de proteção na década de 1980 quando tratavam de investigar o construto de resiliência.

O conceito de rede de apoio segundo Bronfenbrenner (1979/1996) deve abordar mudanças que acontecem ao longo da vida, não apenas na pessoa, mas também em seu ambiente ecológico, em suas interações e na sua crescente capacidade de descobrir, sustentar ou alterar as propriedades do meio e de suas relações.

Assim, a avaliação de uma rede de apoio social e afetiva deve ser feita através de estudos longitudinais que contemplem a dimensão dinâmica do desenvolvimento e a atuação do indivíduo em situações peculiares no decorrer da sua vida. Sabe-se que a necessidade de apoio aumenta em determinadas circunstâncias e fases da vida, como por exemplo, em situações de doenças crônicas, perdas, traumas, ou durante as importantes transições ecológicas (BRONFENBRENNER, 1979/1996) e/ou na terceira idade. Tais condições podem caracterizar-se como risco a depender das circunstâncias associadas às percepções e crenças individuais construídas nos diferentes universos culturais aos quais as pessoas e grupos pertencem.

Construir e consolidar redes são processos intimamente ligados à convivência. Conviver com outros seres humanos, significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjunção de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação.

Conforme Bowlby (1988), uma rede de apoio social e afetiva eficiente está associada à prevenção de violência e ao fortalecimento de competências, bem como do senso de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos. Bronfenbrenner (1979/1996) aponta estudos que salientam a influência de redes de apoio afetiva na produção de estratégias eficazes em situações de crise. A eficácia da rede se expressa por respostas com significativa redução de sintomas psicopatológicos, tais como depressão e sentimento de desamparo. Na ausência desta rede, pode-se verificar o aumento da vulnerabilidade das pessoas frente a uma situação de risco.

Pesquisadores contemporâneos destacam o papel fundamental de relações significativas, de bons tratos, de cuidados, como apoio social e afetivo para o desenvolvimento saudável da criança e seus reflexos nos demais ciclos da vida (BARUDY; DANTAGNAN, 2007; BRONFENBRENNER, 1990; CYRULNIK, 2004; RODRIGO; RODRIGUEZ; MARRERO, 1993; RODRIGO; MAIQUEZ; MARTIN; BYRNE, 2008; RODRIGO; PALACIOS, 1998; BAUMAN, 2004). Família, bons professores ou líderes e amigos são importantes para o desenvolvimento social e afetivo da criança e frequentemente são reiteradas como fontes mantenedoras de saúde na vida das pessoas (BRITO; KOLLER, 1999; YUNES, 2010).

Ademais, vários estudos têm comprovado a relação entre resiliência e apego (FONAGY, 2003; GANDRA; FARIAS, 2003) e no que tange a este tema, a teoria do apego de Bowlby (1988) afirma que as pessoas têm necessidade de formar vínculos afetivos estáveis e que interrupções e conflitos podem resultar em distúrbios psicológicos, psicossociais ou psicossomáticos. Bowlby (1988) enfatiza ainda a importância do vínculo inicial da criança com sua mãe (ou cuidador primário), afirmando que crianças com apego seguro veem na atitude da mãe/cuidador ou outra figura substituta, uma imagem de si mesmos. Na fase adulta as pessoas também dirigem seus comportamentos de apego às instituições, grupos

religiosos, grupos políticos, grupos de trabalho (GANDRA; FARIAS, 2003; VERGARA, 2008) o que nos guia para discutir o construto de resiliência na sua dimensão relacional, já que a boa qualidade e funcionamento adequado de uma rede de relações pode facilitar o desenvolvimento saudável de pessoas e grupos.

Resiliência: construto que resulta da interação entre risco e proteção

Há algumas décadas alguns pesquisadores da Psicologia começaram a observar e estudar indivíduos e grupos que mesmo expostos às situações traumáticas, pessoais, familiares e sociais, conseguiam desenvolver-se bem e continuar crescendo de forma saudável e adaptada (RUTTER, 1985, 1987; MASTEN; GARMEZY, 1985; WERNER, 1989). Os estudos sobre a “capacidade” das pessoas e dos grupos para superarem as situações adversas e traumáticas é conhecido hoje, pelo termo resiliência. Este fenômeno, provavelmente tão antigo como a humanidade, foi a maneira encontrada por muitos povos para resistir às inúmeras dificuldades que marcaram a história da evolução da humanidade.

Muitos estudos realizados por pesquisadores da área da Psicologia e da Psicopatologia do Desenvolvimento tiveram por objetivo descobrir e analisar as repercussões dos fatores traumáticos, atualmente denominados como “fatores ou processos de risco”. Estes se referem aos consequentes efeitos negativos das condições adversas nas vidas das pessoas (LUTTAR; CICHETTI; BECKER, 2000; MASTEN, 2001; RUTTER, 1999). A análise dos fatores de risco não deve ser realizada de forma estática, pois os mesmos representam processos dinâmicos e subjetivos.

Assim, o impacto destes depende, por exemplo, do número total de fatores de risco a que uma pessoa foi exposta. Importa ainda, o período de tempo, a fase de desenvolvimento humano, o momento da exposição e o contexto e grau de gravidade da exposição para a pessoa (ENGLE; CASTLE; MENON, 1996; RUTTER, 1987; YUNES; SZYMANSKI, 2001). Vale salientar que, a percepção e a interpretação individual de experiências negativas, o sentido atribuído a um evento estressor e/ou um ambiente relacional percebido como adverso é que o classificará ou não a condição de estresse. Por essa razão, um evento pode ser enfrentado como perigo por um indivíduo, e para outro, ser um desafio (YUNES; SZYMANSKI, 2001). Segundo Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004, p.137), “seja o que for que se constitui em risco, é possível aprender formas de enfrentamento a partir da convivência com indivíduos que o vivenciaram e ultrapassaram com sucesso”. Começa-se a dimensionar, portanto, o caráter relacional do conceito de resiliência, já referido por inúmeros autores (CYRULNIK, 2004; WALSH, 2005; YUNES, 2010).

Outro elemento importante para se compreender resiliência é a questão da vulnerabilidade. Esta corresponde às sensibilidades pessoais que potencializam o efeito dos fatores de risco (YUNES; SZYMANSKI, 2001). A pessoa vulnerável se sente incapaz de procurar alternativas para enfrentar crises, ou quando as enfrenta o faz de forma ineficaz, subutilizando suas estratégias de *coping*.

Já a resiliência aponta para uma resposta positiva eficaz à superação da situação de risco e uma consequente “adaptação” e fortalecimento pessoal. Por isso, mais do que adaptação, os estudos atuais sobre resiliência buscam compreender as transformações “po-

sitivas” que decorrem de vivências de diferentes formas de sofrimento podendo inclusive gerar empoderamento (YUNES, 2010). Estas transformações ocorrem na constatação de elementos de proteção, sobre o qual discorremos a seguir.

Segundo Rutter (1987) a característica essencial dos processos de proteção é de provocar uma modificação da resposta que seria esperada do indivíduo aos processos de risco. Possuem quatro principais funções: (1) reduzir o impacto dos riscos, fato que altera a exposição da pessoa à situação adversa; (2) reduzir as reações negativas em cadeia que seguem a exposição do indivíduo à situação de risco; (3) estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia, através do estabelecimento de relações de apego seguras e o cumprimento de tarefas com sucesso; (4) criar oportunidades para reverter os efeitos do estresse (RUTTER, 1987).

Um conceito importante associado à proteção e essencial para a compreensão de resiliência nos indivíduos é o de *coping* (GARMEZY, 1988; RUTTER, 1981; YUNES; SZYMANSKI, 2001). A palavra *coping* refere-se a esforços individuais, cognitivos e comportamentais para lidar com demandas específicas de situações indutoras de estresse e avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os recursos pessoais. (LAZARUS; FOLKMAN, 1985). Estes esforços podem estar direcionados para ajustar o estado emocional associado ao estresse ou para enfrentar a situação que lhe deu origem. Estratégias de *coping* mais voltadas para o enfrentamento direto dos problemas ou a elaboração das dificuldades são mais frequentemente encontradas em indivíduos definidos como “resilientes” e isso pode moderar o efeito das adversidades, tornando-se um fator protetivo. Entretanto, as estratégias pessoais de *coping* por si só, não garantem resultados de resiliência, pois esta última apresenta caráter relacional e não é meramente um processo interno solitário.

Diante de fatores potencialmente geradores de desequilíbrio para cada indivíduo, os mecanismos de proteção relacionais podem ser pontos chave necessários, ou pontos de virada (RUTTER, 1987) para o restabelecimento do equilíbrio perdido e demonstração de competência apesar da adversidade. Por isso é interessante ressaltar que o enfoque da resiliência, inicialmente centrado nos indivíduos foi estendido também aos contextos familiares e comunitários (YUNES, 2003).

É possível identificar famílias e comunidades que desenvolvem condições de proteção eficazes para superar as adversidades. Para tanto, é preciso uma mudança paradigmática e os estudos acerca destas situações devem focar as possibilidades dos indivíduos e grupos para a superação das experiências traumáticas e notabilizar o seu potencial de saúde, ao invés de focar apenas nas suas impossibilidades e nos aspectos negativos, como doenças, sintomas, carências.

Tal perspectiva é coerente com o movimento intitulado Psicologia Positiva, divulgado no século passado por Martin Seligman e muitos de seus seguidores (SELIGMAN; STEEN; PARK; PETERSON, 2005). A partir da década de 90 estes estudiosos, passaram a focar a resiliência na perspectiva positiva e ecossistêmica, considerando que o processo de adaptação seria o resultado da dinâmica entre o ser humano, os grupos e um meio ambiente acolhedor e positivo (COSTA, 2005; BIAGRAS, 2007). As trocas entre o indivíduo, os grupos e os ambientes são as mais diferenciadas possíveis, uma vez que o

indivíduo interage continuamente com o seu meio, sofrendo o impacto deste e, ao mesmo tempo, provocando reações nos mesmos (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Segundo Pesce, Assis, Avanci, Santos, Malaquias e Carvalhaes (2005, p. 436), pode-se compreender resiliência como “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio”. Novamente fica perceptível o enfoque relacional nos processos que resultam da combinação entre os atributos da pessoa ou grupos e seu ambiente familiar, social e cultural.

Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como um atributo que nasce com o sujeito, nem meramente adquirido durante seu desenvolvimento. Refere-se a processos interativos entre a pessoa e seu meio em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes. Assim, a resiliência não é um atributo fixo do indivíduo (RUTTER, 1987; YUNES, 2001) e muitos autores ressaltam que não há uma definição consensual do conceito, sendo o mesmo caracterizado em termos mais operacionais do que descritivos (JUNQUEIRA; DELANDES, 2003; PESCE; ASSIS; SANTOS; OLIVEIRA, 2004; YUNES, 2003).

Entretanto, para efeitos de realização deste artigo, a resiliência será tratada e referida enquanto um fenômeno dinâmico que se constitui por um conjunto de processos de vida que possibilitam o enfrentamento de situações de sofrimento com consequente fortalecimento, transformação pessoal e superação das adversidades de indivíduos, grupos e comunidades (YUNES, 2010).

Estudar resiliência só tem sentido teórico e pragmático diante da comprovada existência da interação de elementos vitais de risco e de proteção e pode ser desenvolvida pelo indivíduo ou em sistemas como: família, escola, grupos, comunidades e sociedades.

Resiliência em família e seus processos chaves

No caso do núcleo familiar, é sabido que toda e qualquer família pode ser afetada de alguma maneira por crises e eventos estressores. Alguns destes eventos são denominados por Kreppner (2000) como normativos, previsíveis e advindos dos ciclos da vida familiar (nascimento do primeiro filho, filhos pequenos, filhos adolescentes, a saída dos filhos, aposentadoria, a velhice, dentre outros) e outros não-normativos ou imprevisíveis e inesperados (falecimento de algum membro, divórcio, doença, desemprego, etc). Segundo Walsh (1998, 2005), o que distingue uma família de outra, não é ausência de problemas ou de estressores normativos ou não-normativos, mas a maneira como ela enfrenta estas dificuldades e a sua competência para resolvê-las. As crises podem estimular o sistema familiar a desenvolver habilidades e recursos. Nas concepções desta autora, os piores tempos podem ser os melhores, o que significa que se aprende através das adversidades e que todos os seres humanos podem crescer existencialmente com as crises e conflitos, caso existam condições básicas (físicas, emocionais e ambientais) e suficientes para tal.

Yunes (2003) acentua que o conceito de resiliência em família contribui para a desconstrução de crenças pessimistas e estáticas sobre o movimento e a dinâmica familiar. Importante ressaltar ainda que resiliência familiar é um construto relativamente recente, cujos estudos têm sido liderados por Froma Walsh desde o início dos anos 1990 (YUNES,

2003), culminando com o seu livro editado no Brasil em 2005 e original de 1998 nos EUA (WALSH, 1996, 1998, 2005).

A família tem sido um recurso negligenciado nas intervenções que visam a estimular as possibilidades de resiliência em crianças e adultos e em seus ambientes. Segundo Walsh (2003, 2005) os processos familiares podem atuar como estímulos à resiliência ou à vulnerabilidade de seus membros em momentos de crise. No entanto, não é apenas a família que deve ser levada em conta, pois os recursos dos diferentes contextos associados ao sistema familiar é que poderão compor “forças ou fraquezas” que afetarão a adaptação do indivíduo, podendo aumentar ou diminuir o impacto de fatores de risco

Para Walsh (2005), o termo resiliência em família refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação da família como uma unidade funcional. A autora defende uma perspectiva sistêmica que nos permite compreender como processos familiares interferem no estresse e permitem à família superar a crise, além de enfrentar dificuldades prolongadas.

Walsh organizou seus conhecimentos nesta área apresentando um panorama conceitual dentro de três domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicaçãoⁱ (YUNES, 2003).

Imbricados nestes processos-chave estão outros elementos básicos na resiliência familiar identificados por Walsh (2005): processos de coesão, flexibilidade, comunicação aberta, busca de soluções para problemas de forma compartilhada e sistemas de crenças positivos. Para a autora, além destes processos-chave, não há nenhum “modelo” estático de resiliência familiar.

As famílias têm recursos variados, que as mesmas organizam, cada qual a seu modo, quando se deparam com diferentes tipos de particularidades da vida (conflitos familiares, trauma, perdas); com as transições destrutivas (por exemplo, uma migração forçada ou um divórcio litigioso), ou com estresses crônicos, tais como uma doença, condições de inabilidade séria ou a situação de extrema pobreza. Podem ser identificados outros elementos-chave, tais como a confiança entre os membros da família, a espiritualidade forte, a sustentação mútua, a comunicação clara e transparente e o espírito colaborativo para a solução dos problemas. Importantes resultados de pesquisas nacionais e internacionais (DE ANTONI; KOLLER, 2000; YUNES; GARCIA; YUNES, 2007; LIBÓRIO; CASTRO; COELHO, 2006; MCCUBBIN; THOMPSON; THOMPSON; FUTRELL, 1999; YUNES, 2001, 2003, entre outros) sobre a resiliência em família reiteram que o sistema de crenças é fundamental conforme afirma Walsh (1996, 1998, 2005). Portanto, a família, que não se percebe como vítima de uma determinada situação e que encara o sofrimento como um desafio compartilhado por todos os membros, tem maiores chances de encontrar em si mesmo ou no seu ambiente ecológico e comunitário, as soluções saudáveis e promotoras de desenvolvimento.

Resiliência comunitária: definição, indicadores e interdependência com a rede de apoio

Resiliência comunitária é um construto que foi desenvolvido na América do Sul por Elbio Néstor Suárez Ojeda. Suas elaborações teóricas são resultado de observações

de desastres e calamidades sofridas em e por comunidades. O pesquisador verificou que ao mesmo tempo em que dor e perda de vidas e de recursos se processavam, muitas vezes estes mesmos fatores geravam um efeito mobilizador de capacidades solidárias que permitiam reparar danos e possibilitavam a recuperação.

No contexto da América Latina, grande parte das pesquisas sobre resiliência tem focalizado populações afetadas pela pobreza e pela discriminação, predominando as intervenções orientadas para um sentido social. Nesse sentido, os estudos sobre resiliência comunitária que serão abordados com mais ênfase neste artigo apresentam contribuições especificamente latino-americanas para o conhecimento do tema, tendo em vista que esta região historicamente é alvo de injustiça social e de frequentes catástrofes naturais com consequências sociais. É fato ainda que as políticas públicas de atendimento e as redes de apoio às populações de risco ainda são frágeis e pouco eficientes o que possibilita o estudo da capacidade destes povos, dos integrantes de uma cidade ou de uma nação para superar coletivamente as situações adversas (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007, ROCCA, 2007).

Para Ojeda, La Jara e Marques (2007) as chaves explicativas da resiliência não se encontram nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações grupais, em aspectos culturais e nos valores de cada sociedade. Tal aspecto parece ser um forte indicativo da interface do construto de resiliência comunitária com a dimensão relacional de existência ou não de redes de apoio social e afetiva.

Barrientes (2003) coloca que a resiliência de um indivíduo, afeta o grupo no qual está inserido podendo gerar comportamentos de resiliência coletiva. Este autor coloca que isso tem a ver com a liderança que caracteriza grande parte das pessoas “resilientes” como capazes segundo ele de “infectar” os que estão próximos. Alguns autores referem-se a “tutores de resiliência” ou “tutores de desenvolvimento” (CYRULNIK, 2004). Barrientes (2003) coloca ainda que os grupos resilientes não são necessariamente compostos por indivíduos “resilientes”, mas produzem impacto nos seus integrantes, que aprendem com a resistência do grupo e se comportam de forma resiliente após a sua experiência coletiva.

É uma relação bidirecional ou recíproca como diria Bronfenbrenner quando aborda as principais propriedades das relações interpessoais (1979/1996). Outro autor reitera que “se existem condições internas a cada pessoa que tornam possível a construção da resiliência, esta pode também se dar na coletividade, pela influência recíproca indivíduo-coletividade” (VERGARA, 2006, p. 707). Este autor cita exemplos de grupos e sociedades, que na história da humanidade responderam de forma coletiva para a superação de adversidades, desenvolvendo resiliência comunitária, como o Japão, após a segunda Guerra Mundial; o povo judeu, nos campos de concentração nazista; e os povos da América Central e do Sul. Todos eles desenvolveram resiliência para manterem-se vivos e se desenvolvendo com o apoio de outras pessoas e instituições, elementos que comprovam a necessidade de relações significativas e quando possível, tecidas em rede.

Podemos citar ainda outros estudos realizados sobre a promoção de resiliência em famílias e comunidades em respostas a grandes desastres (Landau e Saul, 2004). Ainda, o trabalho precursor dos pesquisadores australianos Sonn e Fisher (1998, p. 6) em comunidades minoritárias os levaram a afirmar que :

[...] o resultado para a adaptação de grupos minoritários que fogem ao padrão, são rótulos de “desviantes”, o que contribui para o desconhecimento e má interpretação dos sistemas de coping desenvolvidos por estas comunidades, traduzidas por diferenças interpretadas como más ou demoníacasⁱⁱ.

Estes autores apresentam um trabalho que trata de resiliência em comunidades, defendendo que o conceito não deve se restringir a grupos minoritários. De acordo com Yunes (2001, p.51):

[...] quando se trata de grupos que sofrem opressão, a conclusão é que em contextos (settings) de atividades como igreja, família extensa, associações esportivas e outras organizações, estes grupos desenvolvem consciência, participação, senso de pertencimento e senso de comunidade, mostrando-se capazes de se proteger enquanto grupo e propagar o que é valorizado e central para sua sobrevivência.

O que os autores parecem dizer com isso, é que estas instituições e as pessoas associadas a elas devem comunicar-se de forma colaboradora e pró—ativa, com o objetivo comum acolher e proteger os que necessitam ser protegidos. Esta é mais uma conexão com o conceito de rede de apoio como terreno social de proteção de pessoas, famílias e indivíduos em condição de risco psicossocial.

Em suma, a resiliência comunitária como a “condição coletiva para superar desastres e situações de adversidade maciça e construir sobre elas” (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007, p. 35) revela o paralelo conceitual de consistência com as definições já apresentadas de resiliência no indivíduo e na família. Neste mesmo sentido a Fundação Paniamor (2003b) destaca que faz parte da condição de resiliência, a percepção de pertencimento a uma comunidade e a afinidade com os seus valores.

Ojeda, La Jara e Marques (2007) apontam vários desafios para o estudo da resiliência comunitária, a saber: a) esmiuçar as interfaces que ligam os conceitos de comunidade e resiliência, tendo em vista que ambos possuem grande variedade de significados; b) a migração do construto de observações individuais para uma concepção epistemológica mais holística; e, c) a busca de definições do conceito de “comunidade” que por possuir vários sentidos tem a sua aplicação dependente da extensão que lhe for atribuída.

Frente a esses desafios, existem numerosos aspectos positivos nos elementos identificadores de uma comunidade que favorecem a integração e ajudam a superar crises e adversidades sem perda de identidade e coesão. Embora Bauman (2004) não faça referências explícitas ao conceito de resiliência comunitária, ele aponta suas ideias sobre as nuances desta questão diante das dificuldades do mundo moderno e dos apelos de mercado. Para Bauman (2004) a comunidade e o bairro são espaços de potência e resistência na modernidade líquida atual, caracterizada por padrões comportamentais marcados pelo individualismo e, sobretudo, pelo consumo.

Para Ojeda, La Jara e Marques (2007, p.33), comunidade é “um conjunto de seres humanos unidos por um laço social que implica uma orientação cultural compartilhada

que é fundamental em sua identidade grupal”. Estes autores esclarecem que os vínculos sociais podem ser a etnia, a territorialidade, a religião e elementos culturais diversos como dialeto, culinária, canções. Ressaltam, ainda, que na contemporaneidade, a esfera comunitária é essencial para se sobreviver à globalização. Para os autores, a ausência de comunicação estrutural intrínseca ao neoliberalismo somente pode obter resistência por meio de redes sociais como elas se oferecem, pelo sentido comunitário. Resulta daí que, para intervenções sociais com vistas a promover resiliência, é necessário manter e fortalecer o sentido comunitário a fim de potencializar a eficácia das ações.

Um exemplo trazido por Ojeda, La Jara e Marques (2007, p. 33) de resiliência comunitária é o das Mães da Praça de Maio, que se uniram solidariamente em torno de uma problemática compartilhada e conseguiram ‘sacudir’ a estrutura do terrorismo de Estado, aparentemente inabalável. É outro exemplo bem atual, que podemos apontar de resiliência comunitária é a ofertada pelo povo chileno no episódio dos 33 mineiros que ficaram 69 dias presos a quase 700 metros de profundidade na Mina San José, no Deserto do Atacama em 2010 e que pela solidariedade de uma nação, de seus familiares e rede de apoio, saíram desta experiência traumática aparentando uma surpreendente saúde física e psíquica.

No Brasil, um episódio muito recente, destaca a morte de mais de 239 jovens em um incêndio numa discoteca em Santa Maria, aos 27 de janeiro de 2013 e tem evidenciado muitas indicações de elementos de resiliência comunitária, pelas formas de apoio, solidariedade e organização das diferentes comunidades do Brasil (e do resto do mundo) em prol das famílias dos jovens vítimas fatais e daqueles sobreviventes que sofreram e estão sofrendo os traumas da experiência (ZAPPE; YUNES; DELLAGLIO, 2013; ZAPPE; YUNES; DELLAGLIO, no prelo).

Ojeda, La Jara e Marques (2007) afirmam que muito se tem avançado na identificação dos pilares da resiliência comunitária. Segundo estes autores os pilares da resiliência comunitária são a solidariedade, autoestima coletiva, identidade cultural, humor social e honestidade estatal. Estas categorias são definidas a seguir:

1. *Solidariedade* é a adesão a uma causa com um fim comum a todos com a comunhão de atitudes e sentimentos que tornam o grupo uma unidade sólida capaz de resistir às forças exteriores.
2. *Autoestima coletiva* refere-se à atitude e ao sentimento de orgulho do lugar onde se vive, a satisfação por integrar a própria comunidade e reconhecer que a pessoa é parte de uma sociedade, pertence a ela e compartilha os valores que a inspiram.
3. *Identidade cultural* é um conjunto interativo de relações sociais e patrimônio simbólico que ao longo do tempo é incorporado, tais como costumes, danças, valores, mudanças idiomáticas, atravessando mudanças, circunstâncias diversas e adversas, cenários muito diferentes, proporciona a sensação de pertencimento.

4. *Humor social* é a capacidade desenvolvida por alguns grupos ou coletividades de manter o humor diante de situações adversas, uma aceitação madura da desgraça comum, que facilita certo distanciamento em relação ao problema, propiciando a tomada de decisões para resolvê-lo.

5. *Honestidade estatal ou administrativa* é a gestão honesta e transparente da coisa pública, principalmente quando se refere aos recursos agregados para a reconstrução ou recuperação depois de uma situação adversa.

Ojeda (2005) acredita que as comunidades em que foram observadas elevada autoestima coletiva, exaltação das suas culturas tradicionais, são as que mantêm o humor durante as situações adversas e acreditam na honestidade de seus governantes. Assim, demonstram maior capacidade de recuperação após vivências em situações de adversidades.

É interessante analisar a presença destes pilares no exemplo dos mineiros chilenos. Estava presente a solidariedade da família, da nação, uma mobilização mundial e o esforço comum por parte de entidades governamentais e comunitárias para superar o desastre e melhorar a qualidade de vida daqueles homens diante das circunstâncias até o resgate.

A identidade cultural da nação chilena e sua autoestima foram estampadas nas imagens transmitidas pelos meios de comunicação nas bandeiras do Chile, de seus times de futebol e o hino emocionadamente cantado por todos com mãos postas no coração. Havia orgulho naquele país por estarem fazendo todo o possível por seres humanos, que não foram desprezados por serem operários. Quanto ao humor coletivo, os relatos apontam para lideranças junto aos mineiros, liderança executiva (Urzúa), espiritual (Pastor José Henriquez Gonzales) e de alegria (Mário Sepulveda). Isso foi muito frisado pela mídia e vai ser com certeza apontado no caso de Santa Maria, que deverá no futuro ser objeto de estudos para garantir caminhos de melhor qualidade de vida para nossas comunidades e evitar que novas catástrofes sociais se repitam.

Ojeda, La Jara e Marques (2007), também apontaram fatores negativos, ou seja, os que inibem a capacidade de superação das adversidades de eclodir a solidariedade, são eles: 1) *corrupção*, nenhuma população oferece seu esforço ou doa recursos se não puder confiar na correta administração dos mesmos; 2) *autoritarismo*, inibe o surgimento de lideranças alternativas e espontâneas; 3) *impunidade*; e, 4) *colaboracionismo* com forças estrangeiras, admiração submissa por tudo o que é estrangeiro em oposição a identidade cultural e a autoestima coletiva.

Para os autores, esta lista de fatores negativos poderia ser consideravelmente ampliada, mas os descritos anteriormente são os mais frequentes e parecem ter maior peso como inibidores da resiliência coletiva ou comunitária.

As pesquisas mais frequentemente realizadas foram em comunidades afetadas por catástrofes de três países da América Latina: México, Chile e Argentina. Porém, outros estudiosos tem utilizado este construto em comunidades e bairros afetados por fatores como a miserabilidade social e pela vulnerabilidade de seus habitantes, visando gerar

condições de desenvolvimento comunitário, a partir do empoderamento social e construção conjunta de soluções.

Importante sopesar que os fatores que promovem a resiliência comunitária estão sendo fortemente subjugados pelos atuais modos de vida já que estamos imersos em uma sociedade caracterizada por alterações constantes, cujas mudanças colocam-nos constantemente em estado de tensão, de aviso e solicitam que nos ajustemos às mudanças.

Se mantida a tendência atual, o panorama futuro é o de um avanço progressivo do desmoronamento do tecido social, do afrouxamento dos laços afetivos e consequentemente do ingresso de grande número de pessoas na categoria de vulneráveis. A reflexão acerca do acima exposto nos leva a pensar que se os cinco pilares de resiliência comunitária (*solidariedade, autoestima coletiva, identidade cultural, humor social e honestidade estatal*) não estiverem claramente implementados no funcionamento das redes de apoio social e afetivo o impacto das relações dificilmente atingirá as metas de dar suporte, cuidado e proteção aos usuários que não podem ser culpados, responsabilizados ou revitimizados por serem as próprias vítimas de sistemas sociais inoperantes.

Conclusões

Vivemos um tempo de incertezas, que gera insegurança sobre a vida comunitária e, portanto, é preciso mais do que nunca entender e fortalecer as maneiras pelas quais as pessoas podem sobreviver e conviver com saúde física e mental em momentos de crises e pós-crisis, pois inevitavelmente passaremos por elas.

A resiliência é um construto multifacetado (MARTINEAU, 1999; YUNES, 2003) e surge na Psicologia e em outras Ciências Humanas e Sociais para corrigir pessimismos e possibilitar reflexões mais otimistas e eficazes sobre formas de intervenções individuais, familiares e com a comunidade. Os processos de resiliência moldam-se às diversas formas, recursos e limitações das pessoas, famílias, grupos, culturas e sociedades, bem como aos desafios psicossociais enfrentados. O enfoque centrado na resiliência procura identificar e apontar certos processos interativos fundamentais que permitem suportar os mecanismos dissociativos no qual emergem elementos restauradores para o desenvolvimento saudável.

Estudar como são enfrentados riscos psicossociais em comunidades e pela comunidade pode servir para esclarecer teoricamente os indicadores que desencadeiam estes processos de resiliência na interface com a existência funcional (ou não) de redes de apoio social sugeridas neste texto como elementos essenciais de proteção e cuidado ao outro e seus ambientes.

É consenso que nenhum de nós está a salvo de problemas no decorrer da vida. Abordagens baseadas na resiliência comunitária são particularmente pertinentes na atualidade, para que a ciência nos ajude a compreender o enfrentamento de grupos diante das rápidas mudanças sociais e das incontroláveis catástrofes e violências estruturais (MINAYO, 1990) enfrentadas pelas pessoas, famílias e comunidades de hoje.

Walsh (2005) propõe uma abordagem da resiliência familiar visando identificar e fortalecer processos interacionais fundamentais que permitem às famílias resistirem aos desafios desorganizadores da vida e renascer a partir deles. Este paradigma pode auxiliar a

mudar percepções de famílias e de comunidades em situação de risco, ou seja, desconcentrar dos fracassos e dirigir a atenção para como elas podem ter sucesso, transformarem-se e transformarem seus entornos micro e macrosistêmicos.

Não podemos deixar de citar que existe na atualidade uma tendência, que longe de ser a majoritária, privilegia outra via que é a via da cooperação, atitude que enfatiza pontos comuns em um grupo para gerar benefícios mútuos, solidariedade e parcerias. Esta via preconiza, por exemplo, a transformação social, através de mudanças nas formas como a sociedade se organiza, através de articulação em parcerias e redes de cooperação; da ruptura com a sociedade capitalista e das formas alienadas e opressoras de vida.

A Educação Ambiental pode propiciar o surgimento de modelos de integração das lutas através de agendas comuns entre os movimentos de defesa dos direitos humanos, dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas. Afinal, as causas da degradação ambiental e das crises nas relações sociais que repercutem nas vidas de indivíduos, famílias, comunidades e meio ambientes possuem um conjunto de variáveis inegavelmente interconectadas e que, portanto, só podem ser tratadas sistemicamente com foco primordial na multiplicidade e complexidade de redes protetivas de interações sociais e culturais.

Notas

ⁱ Um quadro foi traduzido por Yunes (2003) para detalhar um sumário dos processos chave da resiliência em família segundo Walsh (1998)

ⁱⁱ Tradução literal de “bad or evil”.

Referências Bibliográficas

BARUDY, Jorge; DANTAGNAN, Maryorie. **Los Buenos tratos a la Infancia.** Parentalidade, apego y resiliencia. 3ª Ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. 254p.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor Líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 192p.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258p.

BARRIENTOS, Grimaldo Rios. Existe resiliência comunitária? Lima: Ceprodep — Centro de promoción y Desarrollo Poblacional, jun. 1999.

Bowlby, J. (1988). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes. 1988. p.64

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança:** natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano:** experimentos naturais e planejados (Tradução VERONESE, M. A. V.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979). 272p.

BRONFENBRENNER, U. Discovering what families do. In: BLANKENHORN, D.; BAYME, S.; ELSHTAIN, J. B. (Orgs.). **Rebuilding the nest**. Wisconsin: Family Service America, 1999, p. 27-39.

CYRULNIK, Boris et al. **El realismo de la esperanza**. Testimonios de experiências profesionales en torno a la resiliência. Barcelona: Gedisa, 2004.

COSTA, A. **Um estudo sobre as (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

COSTA, Maria da Conceição O.; BIAGRAS, Marc. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol.12, no.5, Rio de Janeiro Sept./Oct. 2007.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Vulnerabilidade e resiliência familiar: Um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. *Psico*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 39-66, 2000.

ENGLE, P.L.; CASTLE, S.; MENON, P. Child development: Vulnerability and resilience. *Social Science Medicine*, v. 43, n. 5, p. 621-635, 1996.

FONAGY, Peter. **Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoria**. Revista de Psicoanálisis, Madrid: Aperturas Psicoanalíticas, n. 3, nov. 1999.

FUNDACION PANIAMOR. **Las bases del paradigma de la resiliencia**. San Jose, Costa Rica: Ediciones Proniño.

_____. **Resiliencia como processo y no como programa**. San Jose, Costa Rica: Ediciones Proniño.

GANDRA, Maria Inês de Souza; FARIAS, Maria Aznar de. **A importância do apego no Processo de desenvolvimento**.

HOCH, Carlos; ROCCA, Susana. **Sofrimento, Resiliência e Fé – Implicações para as relações de cuidado**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007.

HOPPE, M. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco**. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

JUNQUEIRA, M. de F. P. Da S; DELANDES, S. F. Resiliência e Maus Tratos à Criança. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 1, p. 227-235, 2003.

KREPPNER, K. The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 11-22, jan./abr., 2000.

LANDAU, J.; SAUL, J. (2004). **Family and community resilience in response to major disaster**. In: Walsh, F; McGoldrick, M. (Eds.). **Living beyond loss: Death in the family** (2nd ed.). New York: Norton, 2004, p. 285-309.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, Appraisal and Coping**. New York: Springer, 1984.

LIBÓRIO, R. C.; CASTRO, B. M.; COELHO, A. E. L. Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In: DELLAGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (org.) **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2006, p 89-115.

LUTHAR, S. S.; CICCETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.

LUTHAR, S. S. (1993). Annotation: Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. **Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, v. 3, p. 441-453, 1993.

MCCUBBIN et. al. **The dynamics of resilient families**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1999. 279p.

MARTINEAU, S. **Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to “kids at risk”**. 1999. Tese – The University of British Columbia, 1999.

MASTEN, A. S.; GARMEZY, N. Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. In: LAHEY, B. B.; KAZDIN, A. E. (Eds.) **Advances in Clinical Child Psychology**. Plenum Press, New York, 1985, p. 1-52.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 227-238, 2001.

MINAYO, M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-292, setembro, 1990.

OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (orgs.) **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005, 160p.

OJEDA, Elbio Nèstor Soares; LA JARA, Ana; MARQUES. Cláudia. Resiliência Comunitária. In: HOCH, Carlos; ROCCA, Susana. **Sofrimento, Resiliência e Fé – Implicações para as relações de cuidado**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007, 97p.

PESCE, R. P. et al (2005). Adaptação Transcultural, Confiabilidade e Validade da escala de Resiliência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 436-448, abril, 2005.

PESCE, Renata P; ASSIS, Simone Gonçalves de; SANTOS, Nilton; OLIVEIRA, Raquel de V. Carvalhaes. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 135-143, Mai/Ago, 2004.

ROCCA L, Susana M. Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. In: HOCH, Lothar Carlos; ROCCA L, Susana M. (Orgs.). **Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. 97p., p. 25-.

RODRIGO, María J.; RODRÍGUEZ, Armando; MARRERO, Javier (org.). **Las teorías implícitas: la aproximación al conocimiento cotidiano**. Madrid: Visor, 1993. 339p

- RODRIGO, M. J; PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. 573p
- RODRIGO, Maria Jose; MÁIQUEZ, Maria Luiza; MARTÍN, Juan; BYRNE, Sonia. **Preservação familiar: Um enfoque positivo para la intervención com famílias**. Madrid, Espanha: Ediciones Pirâmide, 2008. 186p.
- RUTTER, M. Stress, coping and development: some issues and some questions. **Journal of Child Psychology & Psychiatry**, v. 22, p. 323-356, 1981.
- _____. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. **British Journal of Psychiatry**, v. 147, p. 598-611, 1985.
- _____. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 57, p. 316-331, 1987.
- _____. Resilience concepts and findings: implications for family therapy. **Journal of Family Therapy**, v. 21, p. 119-144, 1999.
- SELIGMAN, M. E. P. et al. Positive Psychology Progress: Empirical Validation of Interventions. **American Psychologist**, v. 60, n. 5, p. 410-421, 2005.
- SONN, C. C.; FISHER, A. T. Sense of Community: Community resilient responses to oppression and change. **Journal of Community Psychology**, v. 26, n. 5, p. 457-472, 1998.
- TAYLOR, Shelley. **Lazos Vitales: De Cómo El cuidado y El afecto son esenciales para nuestras vidas**. Madrid: Taurus/Pensamiento, 2002. 382p
- VERGARA, A resiliência de profissionais angolanos, *Revista de Administração Pública – Sielo Brasil*, Rio de Janeiro 42 (4): 701 – 18, jul/ago – 2008.
- WALSH, F. (1996) The concept of family resilience: crisis and challenge. **Family Process**, v. 35, p. 261-281, 1996.
- _____. **Strengthening Family Resilience**. New York, London, The Guilford Press, 1998. 338p
- _____. **Fortalecendo a Resiliência Familiar**. São Paulo: Editora Rocca, 2005. 328p.
- WERNER, E. E. High-risk Children in young adulthood: A longitudinal study from birth to 32 years. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 59, p. 72-81, 1989.
- YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. 2001. 155f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, num. esp., p.75-84, set./dez, 2003.
- _____. Panorama conceitual dos discursos sobre resiliência: Implicações para a educação. In **A motivação em diferentes cenários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 173 -183.
- YUNES, Maria Ângela M.; SZYMANSKY, Heloísa. Resiliência: Noção. Conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. de M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A.M.; DELL'AGLIO, D. D. Psicologia dos desastres e resiliência comunitária: reflexões sobre o incêndio da Boate Kiss em Santa Maria/RS. In: MORAES, N. A.; LIBÓRIO, R. C. (orgs.) **Resiliência** [título provisório, no prelo].

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A.M.; DELL'AGLIO, D. D. Community Resilience in post-disaster recovery: the case of fire in a nightclub at Santa Maria/RS/Brazil. In: **9th European Congress of Community Psychology**. Naples, Italy, 2013.

Submetido em: 05/03/2013.

Aceito em: 28/04/2014.

REFLEXÕES SOBRE REDE DE APOIO SOCIAL COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA

Resumo: Este artigo apresenta reflexões teóricas sobre os conceitos de rede de apoio social e seu possível impacto como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. As redes de apoio social vêm sendo estudadas por diferentes áreas do conhecimento e são referidas como uma das principais fontes de proteção e de resiliência individual, familiar e comunitária. O texto apresenta as contribuições de teóricos da Psicologia para a construção da conceituação de resiliência, seus elementos relacionais e as suas conexões com as redes de apoio com especial ênfase na resiliência comunitária, ainda pouco estudada no Brasil e que tem como pilares: a solidariedade, autoestima coletiva, identidade cultural, humor social e honestidade estatal.

Palavras-chave: Rede de apoio; Resiliência; Resiliência comunitária.

Abstract: This article presents theoretical reflections on the concepts of social support network and its potential impact as a mechanism of protection and promotion of resilience. The social support networks have been studied in different areas of knowledge and is referred to as one of the main sources of protection and resilience of individual, family and community. The text presents the theoretical contributions of psychology to build the concept of resilience, its relational elements and their connections to support networks with special emphasis on community resilience, and which has as its pillars: solidarity, collective self-esteem, cultural identity, humor and honesty social state, still little studied in Brazil. Key-words: Social network; Resilience; Community resilience.

Resumen: Este artículo presenta reflexiones teóricas sobre lo conceptos de red de apoyo social y su impacto potencial como mecanismo de protección y promoción de la resiliencia. Las redes de apoyo social han sido estudiados en diferentes áreas del conocimiento y se les conoce como una de las fuentes principales de la protección y resiliencia del individuo, familia y comunidad. El texto presenta las contribuciones teóricas de la psicología para construir el concepto de resiliencia, sus elementos relacionales y sus conexiones a las redes de apoyo con especial énfasis en la la resiliencia comunitaria, y que tiene como pilares: la solidaridad, la autoestima colectiva, la identidad cultural, el humor y el estado social de honestidad, sin embargo, poco estudiada en Brasil.

Palavras clave: Redes de apoio; Resiliencia; Resiliencia comunitaria.
